

ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Gerri Consoli - Ivan Naatz - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Maurício Eskudlark  
Deputado Marcos da Rosa

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Traz à tribuna o registro da entrega da moção de aplauso, na presente data, que comemora a atuação de um ano do Programa Sangue Total, que só conseguiu se concretizar graças à parceria da Secretaria de Estado da Saúde, do Samu, do Hemosc e do Batalhão Aéreo de Operações do Corpo de Bombeiros. Explica que o mesmo tem salvado muitas vidas e que 22 pessoas já foram atendidas, sendo que 18 atendimentos tiveram as suas vidas salvas. Diz que o referente projeto é inovador, só existe em Santa

Catarina. Cita se sentir feliz em ser o deputado que apresentou a propositura no Parlamento, e agradece aos deputados pela aprovação da moção. Espera que todas as demais unidades da nossa federação venham conhecer essa iniciativa no Estado catarinense para que mais vidas no Brasil possam ser salvas.

Deputado Mário Motta (Aparteante) - Elogia o projeto, parabenizando o deputado pelo tema na tribuna, e aproveita a oportunidade para citar que já acompanhou o trabalho do Programa Sangue Total, esteve na corporação e presenciou a apresentação dos equipamentos necessários, no avião, que são usados para socorrer as vítimas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Orador) - Comemora o resultado positivo da audiência pública que aconteceu em Agrolândia, através da Frente Parlamentar de Apoio às Escolas Cívico-Militares. Enfatiza que todos os presentes se manifestaram favoráveis, tanto a população quanto entidades e professores. Agradece a todos os envolvidos na realização da audiência pública. Exibe imagens do evento no telão, e comenta que o prefeito se comprometeu a encaminhar para à Câmara Municipal de Agrolândia um projeto de lei para tornar possível um convênio com a Associação Brasileira das Escolas Cívico-Militares.

Comunica que há outra audiência pública agendada para o dia seguinte, no município de São José, e no mês seguinte no município Herval d'Oeste.

Agradece aos deputados que tornaram possível a existência da Frente Parlamentar de Apoio às Escolas Cívico-Militares. *[Taquígrafia: Northon]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Inicia o seu pronunciamento, mencionando que um dos maiores propulsores da economia catarinense vem sendo tratado com total desrespeito, com falta de gestão, prejudicando a região da AMFRI, principalmente Itajaí. Apresenta um vídeo com depoimentos de trabalhadores do Porto de Itajaí,

que estão passando por necessidades por não receberem o seu salário, devido a esse porto estar vazio já há oito meses. Mostra o porto privado, no lado de Navegantes, onde o cais está sempre ocupado. No entanto, diz que a folha de pagamento dos comissionados, indicados pelo Governo municipal, está em dia, mesmo o porto não recebendo navios.

Explica que a administração municipal de Itajaí evitou a privatização para que os comissionados continuassem recebendo os seus salários. Informa que a gestão combateu a privatização, e que a solução foi colocar um político na administração, sendo o superintendente o vice-Prefeito de Itajaí, pois lá no porto o salário é maior. Relata que o porto não foi privatizado na gestão do Tarcísio, ele não conseguiu vender porque a administração de Itajaí não permitiu.

Ressalta que o Porto de Itajaí é um desafio de todos os catarinenses, porque ele é responsável por uma grande fatia de contribuição da carga tributária.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Critica a resistência à privatização e concorda com o colega, mencionando que desde junho do ano passado já se falava sobre o que iria acontecer, uma margem teria um porto vazio, e do outro, um porto cheio. Ressalta que quem está lucrando com isso é aquele que está lá na prefeitura com salários altos, sem fazer nada. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO LUNELLI (Orador) - Comunica que encaminhou ofício ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, solicitando esclarecimentos a respeito de uma torre instalada no bairro Rio Branco, em Guaramirim. Informa que a comunidade quer saber se há a possibilidade de aproveitar esta torre para ampliar o sinal de celular na região ou se seria necessária a instalação de outra torre. Destaca a importância de tal reivindicação, uma vez que a localidade não possui sinal de telefonia móvel, o que gera diversas dificuldades e traz prejuízos a todos os

moradores, comerciantes, turistas e os motoristas que transitam diariamente pelo bairro, cortado pela SC-108.

Avalia também os avanços alcançados no primeiro semestre do ano para Santa Catarina. Registra sua alegria em poder contribuir para o Estado como deputado estadual. Enfatiza temas importantes que foram abordados, como gestão, transparência, qualidade dos serviços públicos, saúde, segurança e educação.

Menciona que, durante estes seis meses, protocolou 31 indicações, 49 moções e três projetos de lei, além de pedidos de informação, encaminhamentos administrativos e relatorias nas quatro comissões que participa. Reitera o compromisso que tem com seus eleitores e todos os catarinenses em fazer política com seriedade, com ética e com respeito ao dinheiro público.

Por fim, informa que participou de um ato do Governador Jorginho Mello, ocorrido no município de Mafra, em que foi anunciado um investimento de mais de R\$ 261 milhões para região, fato este que o deixou imensamente feliz em fazer parte.  
*[Taquiografia: Milyane]*

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão, até a Ordem do Dia, para que as comissões possam se reunir conjuntamente e deliberar sobre as matérias em condições regimentais.

Antes, porém, por solicitação do Deputado Oscar Gutz, suspende a sessão por dez minutos para o pronunciamento do magnífico Reitor da Unidavi.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0265/2022.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0190/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que "Institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", com o fim de priorizar o atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0253/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que dispõe sobre as sanções a serem aplicadas às pessoas jurídicas de direito privado, operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde que estabelecerem limitação de prazo, valor ou quantidade de internações em hospitais ou clínicas médicas no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam

como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre a disponibilização de acesso, no portal da Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina, para o registro de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra idosos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Segurança Pública; de Defesa dos Direitos do Idoso; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a matéria o sr. Deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0086/2023, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que declara o evento "MARCHA PARA JESUS" patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a matéria o sr. Deputado Marquito.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0157/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canelinha e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o

Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para neste fazer constar o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0207/2023, de autoria do Deputado Gerri Consoli, que declara de utilidade pública a Associação Centro Cultural Lilly Bremer (CCLB) do Município de Rio do Sul e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a matéria o sr. Deputado Gerri Consoli.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0236/2023, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação Pró Brejaru, de Palhoça, para Associação Laura dos Santos, de Palhoça.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2023, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação Catarinense de Autismo (ASCA), de Balneário Camboriú, para Federação das Amas de Santa Catarina (FEAMAS), de Balneário Camboriú.

Conta comparecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição, PEC n. 0004/2023, de autoria do Deputado Altair Silva e outros, que altera o parágrafo 1º do art. 45 da Constituição do Estado de Santa Catarina para dispor sobre a convocação à suplente de deputado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -  
"Conforme acordo de líderes, passamos a votar o PLC, e consulto os mesmos porque, na sequência, teríamos o segundo turno, no qual abrirei sessão extraordinária.

Consulto vossas excelências para que, no segundo turno, tendo em vista que são várias matérias, possamos repetir a votação do primeiro turno. E para agilização, também, vamos seguir a votação, conforme estamos votando os projetos de lei, no mesmo sistema.”

(Os senhores líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a Lei Complementar nº 90, de 1993, que trata do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2023, de autoria do Ministério Público, que eleva a entrância de Promotorias de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, alterando a Lei Complementar nº 715, de 2018.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2023, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que revoga o art. 13 da Lei Complementar nº 809, de 2022, que

"Dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado e estabelece outras providências"

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e Comissão de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2023, de autoria da Mesa, que altera a Resolução n° 002, de 2006, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 2015, para transformar cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2023, de autoria da Mesa, que altera a Resolução n° 01, de 2006, que "Dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências"; e a Resolução n° 002, de 2006, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota

outras providências", convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de criar a estrutura da Corregedoria Parlamentar, da Secretaria da Mulher, da Secretaria da Família e das Bancadas Regionais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0162/2023, de autoria do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0013/2023, de autoria do Governador do Estado, que institui o Programa Universidade Gratuita e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria a sra. Deputada Luciane Carminatti e os srs. Deputados: Marquito, Matheus Cadorin, Jessé Lopes, Ivan Naatz, Lunelli, Carlos Humberto, Fabiano da Luz, José Milton Scheffer, Sargento Lima, Dr. Vicente Caropreso, Emerson Stein, Napoleão Bernardes, Fernando Krelling, Gerri Consoli, Marcius Machado, Sérgio Guimarães, Maurício Peixer, Pepê Collaço, Massocco, Mário Motta, Maurício Eskudlark, Marcos Vieira e Oscar Gutz.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

(Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - "Eu preciso, antes de encerrar esta sessão e convocar outra, extraordinária, para que possamos votar sem segundo turno, contemporizar, ao mesmo tempo também relatar algumas peculiaridades que não podem ficar no esquecimento acerca deste projeto."

Na sequência, agradece a todos os colegas, deputados e deputadas, pelo esforço concentrado, pelo estudo, pela participação aprofundada que cada um exerceu nesta matéria. Lembra que, no final de semana, os três presidentes das comissões responsáveis ligavam, relatando que precisavam de mais prazo. E pediu que trabalhassem no final de semana, porque havia assumido compromisso com o Governo, com a sociedade catarinense, em nome dos 40 deputados, assim precisava cumprir o calendário à risca. Discorre, falando que foram vários dias de trabalho, de muito esforço por parte de todos os pares, das assessorias da Casa, no projeto, pela importância do mesmo. Destaca a boa compreensão do Governador do Estado no momento de todas as conversas de encaminhamentos, a cedência em alguns pontos polêmicos, o avanço na maioria dos pontos que contemplam o projeto, os dois projetos, e também a emenda constitucional. E, de uma forma direta, agradece a compreensão de

peças que peregrinaram dentro da Casa desde o início do ano, desde o início da legislatura. Ressalta a peculiaridade de que a discussão do projeto iniciou na Casa, muito embora o projeto não havia nem sido protocolado pelo Governo do Estado, tamanha a importância da matéria e ansiedade dos pares para saberem do conteúdo da matéria. Enaltece que, ao longo de dois dias, estavam presentes aqui a Luciane Ceretta, representando o Sistema Acafe; o Cesar Lunkes, representando a Ampesc; o Gilberto Baretta, representando a Udesc; e também secretários que contribuíram muito no processo de toda a discussão, o Cimadon, Soratto, Moisés e o Cleverson, que foram chamados para que o entendimento acontecesse e o projeto fosse aplicável, contemplativo, mas, acima de tudo, um projeto que pudesse expressar a vontade do Governo, e, ao mesmo tempo, ter aplicabilidade nos educandários, contemplar os alunos catarinenses que estão cursando nível universitário. Destaca ainda a dedicação dos três presidentes das comissões, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Marcos Vieira e Deputado Camilo Martins, que junto com os membros das comissões tiveram papel fundamental de fazer todo o polimento desta matéria. Afirma também, com toda segurança, que o projeto sai da Casa muito melhor do que entrou, graças ao trabalho de todos.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 17h26, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

*[Revisão: Taquígrafa Rubia]*